

AFROCONTO: A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NA EXTENSÃO COMO APOSTA PARA UMA REALIDADE ANTIRRACISTA

AFROCONTO: STORYTELLING IN EXTENSION AS A BET FOR AN ANTI-RACIST REALITY

AFROCONTO: LA NARRACIÓN EN EXTENSIÓN COMO APUESTA POR UNA REALIDAD ANTIRRACISTA

Mateus Victória¹
Luciana Rodrigues

RESUMO

Este trabalho apresenta um relato de experiência do projeto de extensão “Afroconto: construindo uma experiência antirracista na articulação entre psicologia e educação infantil”, vinculado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O projeto aposta em uma política antirracista através da contação de histórias infantis com protagonismo negro que, ao oferecer uma experiência de percepção positiva da negritude para as crianças, apresenta possibilidades de futuro diferentes daqueles naturalizados pelos estereótipos sobre a população negra brasileira. Nosso relato se refere a realização do Projeto em um Serviço ligado à Política Nacional de Assistência Social - um Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças e adolescentes em um bairro periférico de Porto Alegre. Como possibilidade de enfrentamento ao racismo, destacamos a potência do Projeto para o trabalho com crianças e adolescentes em espaços como o SCVF, bem como, as implicações que essa experiência oferece para uma formação em Psicologia que assuma como base uma ética antirracista. Por fim, apontamos a necessidade de políticas públicas antirracistas que intervenham na realidade de opressão que pessoas negras enfrentam desde seu nascimento como forma de reparação e, também, vivência e aprendizado tanto sobre a igualdade na diferença como amar a negritude.

Palavras-chave: Antirracismo; Contação de histórias; Infância; Representatividade; Racismo estrutural.

ABSTRACT

This work presents an experience report of the extension project “Afroconto: building an anti-racist experience in the articulation between psychology and early childhood education”, linked to the Institute of Psychology at Universidade Federal do Rio Grande do Sul. The project bets on an anti-racist policy through the telling of children's stories with black protagonism. Offering an experience of positive perception of blackness for children, it presents possibilities for the

¹ E-mail do autor correspondente: mateusvictoria19@gmail.com.

future different from those naturalized by stereotypes about the Brazilian black population. The report refers to the realization of the Project in a Center for Coexistence and Strengthening of Bonds (SCFV) of the National Social Assistance Policy offers for children and adolescents in a peripheral community in Brazil. As a possibility to face racism, we highlight the power of the project for working with children and adolescents, as well as the implications that this experience offers for a Psychology degree based on anti-racist ethics. Finally, we point out the need for anti-racist public policies that intervene in the reality of oppression that black people have faced since birth as a form of reparation and, also, experience and learning both about equality in difference and loving blackness.

Keywords: Anti-racism; Storytelling; Childhood; Representativeness; Structural racism.

RESUMEN

Este trabajo presenta un relato de experiencia del proyecto de extensión “Afroconto: construyendo una experiencia antirracista en la articulación entre psicología y educación infantil”, vinculado al Instituto de Psicología del Universidade Federal do Rio Grande do Sul. El proyecto apuesta por una política antirracista a través del relato de cuentos infantiles con protagonismo negro. Al ofrecer una experiencia de percepción positiva de la negritud para los niños, el presenta posibilidades de futuro diferentes a las naturalizadas por los estereotipos sobre la población negra brasileña. Nuestro relato se refiere a la realización del Proyecto en un Centro de Convivencia y Fortalecimiento de Vínculos (SCFV) de la Política Nacional de Asistencia Social brasileña, ofrecido para niños y adolescentes. Como posibilidad de afrontar el racismo, destacamos la potencia del proyecto para trabajar con niños y adolescentes, así como las implicaciones que esta experiencia ofrece para una formación en Psicología basada en una ética antirracista. Finalmente, señalamos la necesidad de políticas públicas antirracistas que intervengan en la realidad de la opresión que los negros han enfrentado desde su nacimiento como una forma de reparación y, además, experimentar y aprender tanto sobre la igualdad en la diferencia como la negritud amorosa.

Palabras clave: Antirracismo; Cuentacuentos; Infancia; Representatividad; Racismo estructural.

INTRODUÇÃO

O projeto *Afroconto: construindo uma experiência antirracista na articulação entre psicologia e educação infantil*, vinculado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, está inserido na política de extensão universitária e visa produzir encontros e trocar conhecimentos com a comunidade ofertando atividades na perspectiva antirracista a crianças de bairros periféricos.

No presente artigo, buscaremos evidenciar a potência da contação de histórias como ferramenta de educação antirracista e, concomitantemente, trazer uma discussão crítica sobre racismo presente nas mais variadas esferas da nossa sociedade desde os primórdios da

construção deste país, justificando a necessidade dessas ações na luta por uma sociedade justa e igualitária. Faremos isso a partir do relato de um dos encontros realizado entre o bolsista do Projeto e um convidado, bolsista voluntário do Núcleo, (incluiremos seus nomes após avaliação dos pareceristas) com as crianças que usufruíam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) - serviço com o qual estabelecemos parceria para a realização do Projeto.

Ressaltamos que o Projeto almeja possibilitar espaço para a construção de uma experiência antirracista a partir da contação de histórias, como estratégia de intervenção, que apresentem personagens negros/as. Junto a isso, buscamos desenvolver também, ações de formação com as/os trabalhadoras/es dos serviços onde as contações ocorreram, discutindo temas como racismo e diversidade racial. Apostamos na oferta de experiências literárias onde crianças negras possam se sentir representadas contribuindo para a construção de sua autoestima e uma experiência positivada da negritude, ao mesmo tempo em que crianças brancas também possam experienciar narrativas com diversidade étnico-racial. Nesse sentido, essa experiência de trabalho buscou valorizar a diversidade racial e de gênero; combater o racismo nos espaços e relações escolares; problematizar temas como racismo, violência e preconceito; estimular o uso da linguagem oral para expressar desejos, necessidades, sentimentos e opiniões.

Desse modo, utilizar a literatura infantil afrocentrada possibilita a constituição de um espaço lúdico onde sejam desnaturalizadas práticas preconceituosas e racistas. Para o campo da Psicologia (campo no qual nos inserimos), essa ação é relevante para que as/os profissionais psis possam pensar criticamente sobre o trabalho desenvolvido junto a crianças e adolescentes para além dos pressupostos da branquitude – enquanto sistema de opressão às pessoas negras e não-brancas e de manutenção de privilégios para pessoas brancas (BENTO, 2002; CARDOSO, 2010). A branquitude, como nos explica Lourenço Cardoso (2010, p. 611), “é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivo, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial “injusta” e racismo”.

O público com o qual trabalhamos no Afroconto são crianças e adolescentes das mais variadas idades e também, trabalhadoras/es dos serviços parceiros, uma vez que, não basta que as crianças vivenciem uma proposta de educação antirracista através de nosso trabalho uma vez por semana, sem que a prática antirracista seja discutida com as/os trabalhadoras/os, pois as crianças e adolescentes seguiriam num contexto diário de preconceitos enraizados no cotidiano da nossa sociedade que, também, atravessam as práticas de quem as acompanha

diariamente. Como nos fala Eliane Cavalleiro (2001), a luta antirracista no campo da infância precisa do envolvimento e atuação de educadores/as no sentido de desenvolver um pensamento crítico sobre as desigualdades sociais e raciais, bem como, para poder olhar para suas próprias atitudes e comportamentos relacionados ao preconceito e a discriminação. E o mesmo se estende aos demais trabalhadores/as do campo da infância.

No ano de 2019, desenvolvemos o Projeto em dois espaços diferentes, uma Escola de Educação Infantil do município e um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças e adolescentes – serviço ligado à Política Nacional de Assistência Social que tem como base a garantia de direitos e o enfrentamento das vulnerabilidades sociais.

Tanto falei nós, mas afinal quem somos nós? Envolvidos no Projeto estavam três bolsistas negro/as de extensão, cursando graduação em Psicologia: eu (Mateus Victoria), Ellen Romero e Eliane Abreu; e um bolsista branco voluntário, Rafael Figueira, cursando mestrado. Essa era nossa composição de "contadores de histórias", que junto a duas docentes coordenadoras do Projeto - Luciana Rodrigues, uma professora negra, e Raquel Silveira, professora branca, formavam a equipe do Afroconto. Três bolsistas trabalharam com crianças de uma Escola de Educação Infantil, em uma faixa etária de idade mais restrita (de 3 a 5 anos) e eu trabalhei com as crianças do SCFV que apresentam uma faixa etária bem ampla (de 6 a 15 anos), abrangendo em torno de 20 crianças e adolescentes que participavam de nossos encontros². Aqui entra o desafio de tornar interessante a contação de histórias para todos/as, por isso há uma diversidade de histórias que buscamos utilizar e que são escolhidas conforme o contexto, faixa etária e interesse das crianças e adolescentes³. Como o SCFV foi meu local de trabalho durante o ano no Projeto, é sobre a experiência nesse espaço que irei lhes contar.

O SCFV, que integra a rede de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), referenciado ao Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e complementar ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, “possui um caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais” (BRASIL, s.d., p.2). Sua

² Trabalho orientado pela segunda autora deste artigo

³ Entre os livros utilizados nas contações, que compõem o acervo do Projeto encontram-se: Chico Juba, de Gustavo Gaiivota; Dandara Seus Cachos e Caracóis, de Maíra Suertegaray; Lulu adora a biblioteca, de Anna Mcquinn; Batidas de Okàn, de Rosane Castro; Lindara, de Sonia Rosa; e Tobias e a rebimboca: em missão bagunça, de Johnny Pedra.

oferta deve garantir as seguranças afiançadas pela PNAS de acolhida, de convívio familiar e comunitário, assim como o desenvolvimento da autonomia dos/as usuários/as.

O SCFV no qual desenvolvi o projeto tinha um espaço muito rico, semelhante ao de uma escola, com um pátio bem grande com pracinha nos fundos, refeitório, um espaço de leitura e outro que era usado para a realização das oficinas, para ver filmes e outras atividades. Costumava fazer a contação de histórias no pátio ao ar livre, onde todos/as ficavam a vontade e em roda para que pudéssemos ver uns/umas aos/às outros/as. Escrevo no passado pois a escrita é posterior à experiência, uma vez que o SCFV foi fechado devido ao processo de desmonte das políticas públicas voltadas à assistência social que vem ocorrendo na nossa cidade e país (este fato, inclusive, foi o disparador dessa escrita).

Escolhemos apostar na potência da partilha do trabalho que construímos junto com as crianças e adolescentes como ferramenta antirracista para desenvolver suas autoestimas, confiança e ampliar suas perspectivas de futuro, mesmo que o trabalho tenha sido interrompido por uma política governamental de desinvestimento em serviços ligados a saúde e assistência social como política pública. Visto que, um Estado capitalista, forjado através de um passado escravocrata e, portanto, desigual, não se interessa em ver pessoas pretas buscando mais do que o lugar de subalternidade historicamente reservado a elas.

O racismo no Brasil: uma sociedade planejada há séculos

Para compreendermos a importância de um trabalho pautado por uma ética antirracista no campo da infância, é fundamental reconhecermos e entendermos o modo como opera o racismo estrutural em nosso país – enquanto sistema de dominação que cria condições sociais para que grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática, produzindo desigualdade política, econômica e jurídica (ALMEIDA, 2019).

As bases do racismo remontam o processo violento de colonização das nações europeias sobre o chamado Novo Mundo, a partir do qual se forjou a ideia de raça como estratégia de hierarquização entre mais e menos humanos (NASCIMENTO, 2019) – que em nosso contexto diz respeito ao processo de dominação e exploração portuguesa em terras do que se constituiu o Brasil. Essa hierarquização racial, mesmo cento e trinta e dois anos após o fim da escravização de africanas/os e afrodescendentes, seguiu sustentando o racismo à brasileira que nas palavras de Kabenguele Munanga (MUNANGA, 2017, p.40) é “um crime perfeito”, pois além de matar

fisicamente, ele alija, pelo silêncio, a consciência tanto das vítimas quanto da sociedade como um todo, brancos e negros.

Como nos mostra Lélia Gonzáles (1988), o processo e a dinâmica do racismo no Brasil se diferenciam de outros contextos como nos Estados Unidos da América (EUA) e África do Sul, onde a discriminação racial foi institucionalizada formal e legalmente por leis de segregação como as de Jim Crow (EUA), o Apartheid (África do Sul), assim como, o regime de segregação imposto pelo governo nazista aos seus domínios durante a Segunda Guerra Mundial. Contudo, a violência colonial sofrida pelas pessoas africanas em diáspora (que incluía o rapto de suas existências, o estupro de mulheres negras – e, também, de homens com o intuito de retirar a sua masculinidade – o trabalho forçado, as mutilações e a desumanização) não foi finalizada com a assinatura da Lei Áurea, de 1888, que extinguiu a escravidão no país, mas não a discriminação racial. Mesmo com a Lei tendo sido sancionada, não houve fiscalização das casas de engenho verificando se os pretos escravizados haviam sido realmente libertados, fazendo com que a lógica de escravização se perpetuasse - uma vez que jamais houve um processo de reparação a essas pessoas que recém haviam se tornado cidadãos⁴ do país que construíram durante 362 anos (NASCIMENTO, 2017).

Corroborando uma organização social pautada na hierarquia racial, vemos no século XIX, uma série de teorias ditas científicas, que foram contrapostas pelos estudos do campo da genética no século seguinte (GUIMARÃES, 1999), pautadas em ideais eugenistas que afirmavam a inferioridade racial de pessoas negras (e todas aquelas consideradas “outras” na relação com a produção da superioridade branca) sustentando que estas não eram iguais as pessoas brancas, subdividiam a espécie humana em raças

grosseiramente identificadas com as populações nativas dos diferentes continentes e caracterizadas por particularidades morfológicas tais como cor da pele, forma do nariz, textura do cabelo e forma craniana. Juntavam-se a tais particularidades físicas características morais, psicológicas e intelectuais que, supostamente, definiam o potencial das raças para a civilização (GUIMARÃES, 1999, p. 147).

Na especificidade do contexto brasileiro, durante os anos 30 (séc. XX) Gilberto Freyre cunha o conceito de democracia racial que emergiu no momento em que se estava tentando

⁴ A chamada Lei Áurea (Lei n.º 3.353 de 13 de maio de 1888) aboliu a escravidão no país, no entanto, não garantiu à população negra, recém liberta, direitos políticos e sociais que a população branca tinha possibilidades de acesso, tais como direito à educação, saúde, trabalho, moradia – fundamentais ao exercício da cidadania.

construir uma determinada história para o país, uma busca por identidade nacional advinda do mito da miscigenação entre negros, indígenas e brancos – miscigenação posta em curso tanto pelo estupro de mulheres negras como pela efetivação de uma política de branqueamento da população brasileira que implicou no genocídio da população negra (NASCIMENTO, 2017).

Para Freyre (2006), o Brasil era um paraíso racial uma vez que, aqui, ninguém seria negro ou branco, mas todos mestiços e, portanto, não haveria preconceito de raça. Essa suposição de uma democracia racial é usada ainda hoje para justificar que o preconceito sofrido pela população negra e indígena no Brasil é devido a desigualdade econômica e não racial.

No entanto, diariamente, pessoas negras sofrem preconceito que podem vir, por exemplo, de um porteiro ou da vizinhança de seus prédios que não esperam que estas pessoas estejam morando em lugares como um condomínio em áreas valorizadas e/ou nobres da cidade. Nesse contexto, outras práticas, igualmente racistas, discriminam negros/as quando saem para correr pela vizinhança e são, então, vistas causa de temor para vizinhos/as; ou, ainda, quando uma mulher negra, ao entrar no prédio onde reside, é interpelada como diarista. Como evidencia Grada Kilomba (2019), há interpelações (como essas) na relação entre negros/as e brancos/as que colocam em cena heranças coloniais, atualizando lógicas de servidão.

Essa visão de mundo racista que faz alguém indagar se um homem negro é bandido, se uma mulher negra é empregada doméstica, é algo que é da experiência coletiva dessa população e, portanto, não se coloca para pessoas brancas. Contudo, como costuma se dizer, "quem é branco" não se discute e as autoridades policiais sabem fazer essa diferença facilmente. Uma vez que vidas negras são passíveis de morte, vidas brancas devem ser protegidas, poupadas a todo custo. Como diz o rapper brasileiro Dudu Mc, na música Poetas no topo 3.3 parte 2: "Vi o sistema de perto afundando a quebrada e matando o problema/ Antes mesmo deles saber que é/ Playboy viciado é doença sem escolha/ Favelado na boca é doença sem cura/ Cortar o mal pela raiz é operação fronteira⁵".

O discurso propagado pela democracia racial tenta nos convencer de que não vemos pessoas negras, nem pessoas brancas, pois seríamos todos/as brasileiros/as. No entanto, vivendo em uma sociedade pautada em valores supremacistas branco, desde que nascemos somos ensinados/as de modo nos encaixarmos no mundo branco, buscarmos sua admiração, sua

⁵ EP de Pineapple StormTV, MV Bill, Knust, Dudu, Chris MC, Souto MC, Gali, Black, Projota, César Mc, Kamau (2019).

aceitação e fazermos de tudo para sermos o mais parecido possível com o ideal da branquitude (SOUZA, 1983).

Homens pretos que se interessam mais por mulheres brancas dizem agir dessa maneira “por gosto”, mulheres pretas que buscam alisar seu cabelo dizem fazer isso “por gosto”, mas o que ocorre é que somos subjetivados e subjetivadas a seguir os padrões da branquitude para nos aproximarmos da noção de humanidade. Assim, desde que nascemos somos bombardeados/as pela pressão estética e pelos padrões de beleza difundidos pela mídia em uma sociedade de dominação supremacista branca (HOOKS, 2019a).

Portanto, a verdade é que no Brasil o racismo funciona de uma maneira extremamente injusta e desigual, pois frequentemente ocorre de maneira sutil sem ser declarado diretamente. Como aponta Munanga (2017) o racismo à brasileira dificulta a mobilização, nos divide entre pretos e pardos, impedindo a constituição de uma identidade, incentivando uma iludida busca por branqueamento, enfraquecendo movimentos sociais e contando as mesmas mentiras para justificar as suas ações. Como mencionou o vencedor do Prêmio Nobel da Paz, Elie Wiesel, citado por Munanga (2017, p.36), "O carrasco mata sempre duas vezes, na segunda é pelo silêncio". E assim, sem a necessidade de uma segregação racial declarada ou legalizada, o racismo como produto de uma sociedade supremacista branca, cria uma imagem negativa, inferiorizada do povo preto, lhes oferecendo as piores condições de moradia, estudo e trabalho, enchendo as favelas de drogas, retirando a perspectiva de futuro e a representatividade das crianças negras e lhes incentivando ao crime.

Essa sociedade produz e sustenta a ideia de que somos todos iguais e nos incentiva a competir através da meritocracia, ignorando, conscientemente, as marcas violentas da escravização, a possibilidade de reparação dos nossos direitos, somando a isso o desinteresse em diminuir as desigualdades raciais. Diante da produção de inúmeras condições precárias de existência a população negra, continuamos na base da pirâmide social com os maiores índices de violência e desigualdade, como mostram as estatísticas relacionadas ao acesso à educação, trabalho e renda, violências contra mulheres e jovens (IBGE, 2020). Segundo o Atlas da Violência de 2020 “uma das principais expressões das desigualdades raciais existentes no Brasil é a forte concentração dos índices de violência letal na população negra” (CERQUEIRA et al, 2020, p. 47). Em relação àqueles/as que conseguem o seu “lugar ao sol”, são usados/as (na lógica meritocrática) como exemplo de sustentação de ideais individualistas que afirmam que “quem quer consegue” – quanto mais dura a trajetória de vida do sujeito mais ela é exaltada

sem ser considerado o quão difícil e desgastante foi para a pessoa negra esse processo de ascensão (em comparação às pessoas brancas).

Racismo na infância e as suas implicações na constituição psíquica da criança negra

Como Eliane Cavalleiro (2000) narra no seu livro *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, discriminação e preconceito na educação infantil*, os espaços públicos reproduzem os valores da sociedade da qual fazem parte (no nosso caso, uma sociedade doente com dois vírus em comorbidade: o machismo e o racismo). Sendo assim, é inevitável que nossas escolas, ambientes de trabalho e qualquer espaço de convívio social sejam infectados pelos efeitos do machismo, racismo e, também, exploração de classe que, como mostra Bell Hooks (2019a), constituem sistemas interligados de dominação na sociedade em que vivemos.

Por habitarmos uma sociedade que normaliza relações hierarquizadas entre pessoas negras e brancas, que forma sujeitos brancos racistas e preconceituosos, os/as trabalhadores/as do campo da infância serão, também, pessoas que foram socializadas, subjetivadas de tal maneira e, portanto, poderão assumir uma visão negativa pré-estabelecida de pessoas negras que lhes foi ensinada durante toda a vida, seja no convívio familiar, na escola, na mídia ou nos programas televisivos, pois o racismo estrutural é parte da ordem social brasileira (ALMEIDA, 2019). Visão que atualiza imagens forjadas durante a empreitada colonial europeia, através da qual negros/as são associados a ideia de inferioridade, animalidade, exotismo e, nesse caminho, não são considerados verdadeiramente humanos (NASCIMENTO, 2017; MBEMBE, 2018).

Assim, desde o nascimento, a criança negra é introduzida em um mundo que carrega a herança das relações coloniais de violência e racismo que a marca com percepções pré-estabelecidas que denotam inferioridade (como malcriada, suja, miserável, cabelo ruim). Como aponta a psicanalista Maria Lúcia da Silva (2017), para as crianças negras “os significados do racismo já se iniciaram em seu nascimento, ou seja, as pressões raciais já se iniciaram e estão inscritas, umbilicalmente, naquilo que a criança traz para sua existência material e emocional” (SILVA, 2017, p. 83).

Portanto, se vivemos em uma sociedade que se fundou sob práticas que sustentam o racismo estrutural, no que se refere ao contexto socioassistencial de um serviço que oferece um espaço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes, experiências marcadas pelo racismo cotidiano também se fazem presentes.

Nesse sentido, podemos fazer algumas aproximações desse cotidiano com as situações de racismo no contexto escolar através do que Eliane Cavalleiro (2001) nos mostra em sua pesquisa. Segundo a autora, além de práticas discriminatórias de professoras direcionadas aos/as alunos/as negros/as, conflitos e hierarquizações raciais entre as crianças também ocorrem no espaço da educação infantil. Como efeito dessas práticas, as crianças negras recebem menos carinho e afeto das cuidadoras, menos reforço positivo e elogios das professoras – esses últimos, quando ocorrem, se relacionam apenas às tarefas cumpridas e não à capacidade ou talento de cada estudante (como se não fossem capazes de exercer as mesmas funções esperadas em relação aos/as brancos/as).

Além disso, nenhum tipo de incentivo é direcionado a sua autoestima ou elogio à beleza, como acontece com crianças brancas (CAVALLEIRO, 2001). Os cabelos, por mais belos e tratados que sejam, podem ser vistos como sujos e piolhentos e os meninos como "pestes agitadas" e, assim, se inicia um ciclo de opressões e violências que vai nos subjetivando e violentando desde muito cedo.

Esta sociedade racista, cuja norma é a branquitude, segue uma série de padrões aos quais, desde cedo, as crianças negras devem se sujeitar se almejam ser aceitas - tanto em termos de aparência (cabelos lisos, pele clara); de vestimenta (as roupas e a maneira que se apresentam ao chegar na escola), comportamento e fala. No entanto, mesmo que se esforcem para se adaptar aos padrões da branquitude, uma criança negra jamais é vista ou tratada como a branca. Franz Fanon (1964) traz, em *Grifos Meus*, que é nesse momento que o negro entende que é negro, pois independentemente dos seus esforços, compreende que jamais será branco – e então, encontra possibilidades para assumir de vez a sua negritude.

Eu sinto que somos tratados diferentemente das outras pessoas e eu não gosto de como somos tratados só por causa da nossa cor e isso não significa nada para mim [...] nós somos negros e não deveríamos ter que nos sentir desse jeito, não deveríamos ter que protestar porque vocês estão nos tratando mal, estamos fazendo isso porque deveríamos ter direitos. [...] Eu não suporto a maneira como somos tratados [...] é uma vergonha que nossos pais e mães sejam mortos e não possamos mais vê-los, é uma vergonha que tenhamos que ir ao cemitério e enterrá-los. [...] Nós precisamos dos nossos pais e das nossas mães do nosso lado (OLIFANT, 2016).

O trecho do discurso de Zianna Olifant à câmara de Charlotte, Estados Unidos, após a morte de um homem negro pela polícia, ilustra com precisão o impacto do racismo estrutural e suas violências na vida de uma criança negra. Com apenas nove anos de idade a menina

demonstra conhecimentos e preocupações que não deveriam passar pela consciência de uma criança. Desde cedo, crianças negras experienciam a dor da perda, o descaso, a discriminação, o desamparo, a solidão em virtude da sua cor, o que, com efeito, lhes introduz o desejo da brancura. E, como afirma Noble (2009), o “embranquecimento é um ataque psicológico ao senso fundamental dos afro-brasileiros do que significa ser uma pessoa humana (p. 287). Em trecho de uma das entrevistas de pesquisa, apresentada pela psicanalista Neuza Santos (1983) em seu livro Tornar-se negro, vemos novamente o efeito do racismo na subjetividade infantil:

Um dia me percebi com medo de mim no espelho e um dia tive uma crise de pavor, foi horrível. Eu sou feia, não quero casar com gente feia, vou ser freira. Eu era negra- branca: eu era como aquelas pessoas, mas não queria ser igual a elas de jeito nenhum. Não tinha nenhuma menina como eu, todas as meninas tinham o cabelo liso, nariz fino, minha mãe mandava por pregador de roupa no nariz para ficar menos chato (SANTOS, 1983).

Este último ponto evidencia a importância da representatividade na vida de toda criança. Crianças brancas crescem sendo representadas nos desenhos e filmes como reis e rainhas, heróis e mocinhas, nas aulas de história como grandes exploradores e conquistadores, logo, veem-se numa posição de poder, orgulho e potência. Já as crianças negras ainda veem seu povo representado como servil, escravo, vilão, criminosos e com uma visão depreciativa e estereotipada da criança preta quando livre e em África, tendo todo tipo de negatividade sendo associada a cor preta, ao cabelo crespo e aos traços de seu rosto passando, assim, a interiorizar ou epidermizar (FANON, 2008) uma noção de inferioridade.

Diante da opressão e violência que uma sociedade como a nossa, pautada sob um sistema de dominação de supremacia branca, lança sobre população negra, mostra-se relevante a funcionalidade positiva da contação de histórias com personagens negros/as em prol de uma perspectiva antirracista, pois uma vez que as crianças vejam a população negra ocupando lugares importantes, fazendo papel de “mocinho”, heróis e heroínas, ou, simplesmente vendo uma criança usufruindo seu direito de ser criança, receber carinho, trocar afeto, brincar, passarão a assimilar tais possibilidades de existência. Esse fenômeno é de suma importância para construção subjetiva, tanto da criança negra, como da criança branca. Em relação a primeira, terá a possibilidade de se ver de maneira positiva e orgulhar-se da sua cor de pele, da sua origem e de sonhar ser o que quiser - pois o racismo neutraliza até mesmo a capacidade da criança negra de ter uma perspectiva de futuro, visto que, ao seu redor as possibilidades de existência são extremamente limitadas.

No que diz respeito à criança branca, esta será capaz de se reconhecer no outro (o negro), perceber semelhança e humanidade, promovendo assim, uma concepção de igualdade na diferença, ou seja, não somos todos iguais – pois desde muito cedo as crianças percebem a diferença fenotípica (BENTO, 2011) – somos diferentes, pois o ser humano é diverso, mas isso não implica uma relação de hierarquia entre nossas diferenças. Temos origens e modos de vida diferentes, contudo, todos/as temos os mesmos direitos e merecemos respeito e dignidade. Introduzindo essa noção as crianças, facilitamos o entendimento futuro de luta por equidade (que pressupõe justiça visando a igualdade), de reconhecimento dos privilégios de branquitude e, conseqüentemente, da luta por uma sociedade antirracista.

Relato de uma experiência: a potencialidade da contação de histórias

Como mencionei acima, a minha prática de extensão ocorreu em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Situado na zona norte de (incluiremos o nome da cidade após a avaliação dos pareceristas), esse serviço é implementado pelo Sistema Único de Assistência Social em comunidades consideradas sob o viés da vulnerabilidade e risco social. O SCFV, como um espaço que assegura direitos como a convivência e o fortalecimento de vínculo, está ligado a erradicação de situações de trabalho infantil, o combate ao isolamento, violência e/ou negligência, situações de evasão escolar, acolhimento institucional, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, situação de moradia na rua e medida de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, s.d.) A realização das contações de história nesse espaço foi efetuada em parceria com outro Projeto que também faz uso da contação de histórias no território do SCFV, o Projeto Bonequinha Preta⁶, desenvolvido por (incluiremos o nome após avaliação dos pareceristas) auxiliar odontológica e promotora da saúde da população negra da unidade de Estratégia de Saúde da Família (ESF) da região.

Como forma de pensarmos sobre a importância e a potência de trabalhos desenvolvidos com crianças e adolescentes pautados em uma política antirracista, como propõe o Projeto Afroconto, descreverei a seguir a experiência de uma das atividades que desenvolvemos no SCFV. Para início da atividade, como de costume, encontrei a promotora de saúde da população negra (incluiremos o nome após avaliação dos pareceristas), na unidade básica de saúde da

⁶ Projeto que também utiliza a estratégia de contação de histórias com personagens negras e negros para crianças e adolescentes da região.

região. Assim que minha, então, colega, (incluiremos o nome após avaliação dos pareceristas), que participou comigo dessa atividade e nosso convidado especial, o poeta Hércules Marques, vulgo, Jovem Preto Rei, chegaram, fomos até o SCFV encontrar as crianças e adolescentes atendidas pelo serviço.

O ambiente do SCFV é parecido com o de uma escola, um pátio grande, uma pracinha, dois ambientes de estudo, banheiros. Quando chegamos haviam em torno de 20 crianças, cerca de 12 negras e 8 brancas (entre meninos e meninas). Geralmente, eu escolho uma história, a partir do tema que ela discute: ancestralidade, cultura africana, história afro-americana, autopercepção positiva (exaltação da pele negra, dos traços africanos, do cabelo crespo), bullying, respeito às diferenças, entre outros, propondo atividades a elas relacionadas. Mas, desta vez, fiz uma proposta diferente: levei o Hércules para declamar as suas poesias para as crianças e adolescentes e conversar com elas sobre sua produção textual, o seu processo de escrita e a sua trajetória de vida.

Essa ideia me surgiu após propor a realização de um sarau com as crianças no final do ano, onde cada uma seria convidada a recitar uma poesia, de preferência de sua autoria. Por isso, pensei que seria positivo e representativo trazer um poeta preto que havia publicado recentemente seu próprio livro para conhecer e ajudá-las nesse processo. Um jovem negro que, crescendo em uma comunidade marcada pelos efeitos das vulnerabilidades sociais, tem uma experiência de vida semelhante às crianças e adolescentes que utilizam o SCFV.

Assim, perguntei se elas e eles aceitavam o desafio de exercitar a sua escrita (com o nosso apoio) e recitar suas produções para o coletivo. Imediatamente, elas/es concordaram com um brilho no olhar. Sentamos em roda no pátio e depois de fazermos o famoso grito do Jovem Preto Rei⁷, Hércules, que ainda estava um tanto nervoso, começou a declamar seus versos que trazem um olhar da sociedade, de um jovem que cresceu com diversos traumas domésticos e achou na escrita um lugar de fala, até então, negado e uma perspectiva de futuro possível. Como eu, o Hércules é um homem negro, hétero e periférico, por isso eu sabia que as crianças e adolescentes iriam se identificar e se sentir representadas por ele. Os versos de "Todos Os Olhos Em Mim" ecoaram pelo espaço:

(...) no início era o desabafo

⁷ Antes de entrar no personagem e começar a poesia o Hércules grita: "Jovem Preto Rei..." e o público responde: "Nascido pra vencer!".

e eu tava tentando entender como que, quando era menino, aguentava aquele fardo

meu pai cheirando na cozinha

minha mãe chorando no quarto

(...) e foi aí que eu conheci o papel e a caneta
mas demorou pra eu botar fé no que eu componho
porque, cê sabe mano, na época eu nem tinha cama
como que eu ia ter grandes sonhos?

(...) me perguntam:

"como você fez pra se destacar na escrita?"

eu respondo:

"experimenta não ter outra opção" (MARQUES, 2019, p.161).

E foi assim que ele começou, com garra, paixão e a sagacidade que o definem. Eu sabia que as palavras poderiam chocar, mas também gerariam identificação, esperança e, talvez, até uma resposta ou reflexão para as crianças e adolescentes que vivenciam um contexto parecido em suas casas (de sofrimento, violência, ambientes onde presenciam abuso de álcool e drogas, o que lhes traz sentimentos de dor, raiva, tristeza e lhes faz aprender a adotar essas condutas como modos “normais” de se relacionar e lidar com a frustração). Escutar Hercules, naquele momento, representaria ver alguém que, frente a tudo isso, enxergou na educação uma oportunidade de fuga dessa realidade.

Sua escrita exalta a negritude e a qualidade de vida que merecemos, ao mesmo tempo, que denuncia a realidade sofrida que vivemos graças ao racismo estrutural e ao patriarcado. Sua voz é forte, é pungente e expressa nitidamente seus sentimentos, entra pelos ouvidos e nos fixa o pensamento sobre cada palavra, nos faz refletir sobre como e porque estamos vivendo a nossa vida e o que devemos melhorar, principalmente, no caso dos homens pretos, onde este alerta para a importância de desconstruir o machismo que nos é introduzido e de aprender a lidar com os nossos sentimentos. Sua interpretação prende o olhar, emociona e dá sentido a cada sílaba proclamada.

Por isso, eu tinha convicção da potência que esse encontro teria de imediato no imaginário das crianças e adolescentes. Eu queria ver os meninos escutando os versos sobre masculinidade tóxica e os diferentes tipos de masculinidade. Eu queria que todos ouvissem os versos sobre a infância tão difícil que o Hércules teve e vissem o que ele se tornou, apesar disso, pois conheço o efeito das lógicas de funcionamento de uma favela em nossas famílias, sei que muitos se identificaram com a dura realidade que Jovem Preto Rei traz em sua poesia, ao mesmo tempo, em que ficaram encantados/as ao ver que também podem ser mais do que o lugar que a

opressão de uma sociedade racista insiste em nos reservar. Queria muito que eles ouvissem: "Eu ouvi o mv bill dizer: "menor, não larga o estudo/ eu fiz isso de escudo/ e não tem nada a ver com cocaína / mas eu vou voltar pra casa com canudo" (MARQUES, 2019, p.24)

Todos precisamos de referências positivas, de alguém que seja um exemplo, para além do círculo familiar, que nos represente. MV Bill, Racionais, Tupac e tantos/as outros/as artistas foram/são fundamentais na nossa vida. Nunca esqueci o recado do Mano Brown no fim da música "Eu sou 157": "alô molecadinha eu tô de olho em vocês hein, vamos estuda, trabalha, respeita o pai e a mãe, não vai pra grupo que a cena é triste⁸", foi algo que me subjetivou por toda a infância e adolescência e, nós, só ouvíamos eles no rádio enquanto, ali, as crianças poderiam ter a presença, o contato, o acesso ao Hércules sendo esse exemplo, trocando ideias e tirando suas dúvidas. A cada verso eu via o público extasiado, olhando pra mim como quem diz "*sor⁹ ele é demais*". Entre as poesias nós abrimos para perguntas, todos participaram, perguntaram, olharam o livro do Jovem Preto Rei, declamaram as poesias favoritas escritas neles e absorveram as suas ideias como esponjas.

Até nos tornarmos os homens que somos hoje – com consciência sobre afrocentricidade, pró movimento LGBT e com a noção da necessidade de se quebrar os padrões de masculinidade tóxica – eu e o Hércules nos reconstruímos muitas vezes, estudamos muito, para entender a posição das mulheres, aprendemos sozinhos nosso papel no fim da desigualdade de gênero, nosso papel na luta antirracista, na luta LGBT, através de pesquisas e busca por leituras sobre os temas conforme fomos nos deparando com eles, já que nem no ambiente familiar nem nas escolas esses assuntos surgiam, afinal aula de sociologia, no ensino médio, se resume a autores como Karl Marx, Foucault e os contratualistas. Essas questões que nos formam como cidadãos e homens são fundamentais e muito pouco discutidas em espaços como o SCFV, oferecidos às crianças e adolescentes, posto que a discussão racial é algo que a própria política de assistência social, promulgada em 2004, não tencionou¹⁰ – o que se afirma como o mito da democracia racial ainda segue operando em nosso país.

⁸ Música do álbum do Racionais MC's intitulado "Nada como um dia após o outro dia, vol.1 & 2", lançado em 2002.

⁹ Modo afetuoso que as crianças se dirigiam a mim, mesmo que eu não lhes desse aulas, nem conteúdos escolares propriamente ditos, uma vez que não faz parte das diretrizes do SCFV.

¹⁰ Nos anos posteriores à promulgação da política foram produzidos documentos que trabalham questões raciais, como a Cartilha SUAS sem Racismo, de 2018.

Em lares de baixa renda em sua maioria formado por famílias negras – pois como afirma Sueli Carneiro (2011), pobreza no Brasil tem cor – muitas vezes não há o hábito, nem tempo para o debate sobre questões sociais que geram desigualdades raciais, sexistas e de classe, as mães chegam tarde da noite em casa, cansadas, as vezes, carregando compras; o pai frequentemente pode ser uma figura ausente ou quando está, às vezes, era melhor que não estivesse e quando, felizmente, é um exemplo positivo, também trabalha muito. Em condições como essas, nós tivemos que aprender por conta. Por isso, queremos tanto trabalhar, desde cedo, a igualdade racial (assim como a de gênero e sexualidade), o orgulho preto, a masculinidade que, frequentemente, não são debatidos (no mundo, quiçá no Brasil). E para tanto, precisamos estar juntos/as, oferecer espaços de convivência entre as diferenças, o que o Projeto Afroconto proporciona tanto em relação às histórias que se propõe a contar, quanto em relação a ter bolsistas negros/as realizando esse trabalho. Como afirma Sodré (2017, p. 19) “[s] o reconhecimento no plano dos afetos não se cria a solidariedade imprescindível à aproximação das diferenças”.

Política do desmonte

Quando serviços e práticas ligados às políticas sociais avançam em direção a garantia de direitos e a igualdade racial, buscando mudar cenários marcados pelos efeitos da vulnerabilidade social, como o trabalho oferecido pelo SCFV, que apostou e abriu espaço para que um trabalho pautado em uma política antirracista, como nosso Projeto do Afroconto, fosse desenvolvido, presenciamos uma ação que, em tempos como o nosso, pactua com um desmonte das políticas públicas brasileiras¹¹.

Naquele dia, ao final das atividades, ficamos sabendo que o SCFV estava para ser fechado, as funcionárias seriam demitidas, sem previsão de retorno/recontrato e as crianças ficariam sem um espaço seguro de convivência para desfrutar. Fomos do “céu ao inferno” em minutos ao pensar que todo o trabalho desenvolvido naquele espaço e sua continuidade estavam comprometidos, que tamanho investimento naquelas crianças poderia se apagar com o tempo. Este foi apenas um dos exemplos que ilustram o desmonte de serviços que garantem direitos

¹¹ No contexto político atual que temos vivenciado, presenciamos o congelamento dos gastos/investimentos no campo da saúde, educação e assistência social que tem implicado na precarização do trabalho, demissões de profissionais, privatização dos serviços e o fechamento de unidades executoras de serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

sociais básicos como saúde, educação, assistência social, que vêm ocorrendo no nosso país inteiro. O que vem ocorrendo com trabalhadores/as contratados/as pelo Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família - IMESF, do município de (incluiremos o nome após avaliação) é outro exemplo, com o fechamento dos postos de saúde, redução e trocas de equipes de clínicas da família - locais que oferecem serviços de fundamental importância a suas comunidades e com muito maior proximidade e intimidade com os/as usuários/as atendidos/as. Esses, agora, se veem desamparados e aglomerados nas emergências dos hospitais (que não são próximos das suas casas, como os postos) tudo em prol da iniciativa privada.

É necessário pontuar que dismantlar/ desmontar serviços e políticas públicas tem sido muito mais rápido do que a longa construção que é preciso para fazê-los ganhar existência, o que se torna conveniente aos interesses da lógica mercadológica, pois parece que é só nesses momentos que o nosso governo age com eficiência. Nessa lógica, as crianças acabam sendo realocadas em outros serviços que se tornam sobrecarregados frente às demandas de atendimento. Nesse processo, perdem os vínculos estabelecidos pelo trabalho desenvolvido com equipes que as acompanhavam anteriormente e, ainda, há sempre o risco de que nem todas as crianças tenham o acesso e garantia a outros serviços.

Considerações finais: amando a negritude como política de intervenção

No seu livro *“Olhares negros: raça e representação”*, Bell Hooks nos alerta para a importância de amarmos a negritude como forma de superarmos a supremacia branca:

Enquanto pessoas negras forem ensinadas a rejeitar nossa negritude, nossa história e nossa cultura como única maneira de alcançar qualquer grau de autossuficiência econômica, ou ser privilegiado materialmente, então sempre haverá uma crise na identidade racial negra. O racismo internalizado continuará a erodir a luta coletiva por autodefinição. Massas de crianças negras vão continuar a sofrer de baixa autoestima. E, ainda que sejam motivados a se empenhar ainda mais para alcançar o sucesso, porque desejam separar os sentimentos de inadequação e falta, esses sucessos serão minados pela persistência da baixa autoestima (HOOKS, 2019b, p.60).

Ações de enfrentamento à supremacia branca estão pautadas em políticas antirracistas que tem por objetivo evidenciar a contribuição do povo negro na construção, não somente dos países de cultura escravocrata, mas da sociedade contemporânea como um todo. Exaltar a beleza, a cultura e a ancestralidade africana, desmistificar a imagem negativa produzida sobre as religiões de matriz africana e empoderar o povo preto, em relação à sua potência e

autossuficiência, que é evidente desde o surgimento da humanidade. Neste contexto que se encontra nosso Projeto Afroconto, a partir do qual, como nos fala Emicida (2020) buscamos “chegar às crianças antes da opressão, pois precisamos apresentar a negritude para elas como potência e não como tragédia”. Isso nos possibilita quebrar com a lógica de inferiorização e auto ódio que nos subjetiva, negros e negras desde o início de nossas vidas.

Segundo a política de extensão universitária, todo projeto de extensão visa (ou deveria visar) trocar conhecimentos com a comunidade em uma relação recíproca de aprendizados e não de uma relação hierárquica. Isso nos possibilitou não apenas ser agentes de transformação na vida das crianças e adolescentes que participaram de nosso Projeto, como, também, nos possibilitou aprender na relação que experienciamos com eles/elas, que passaram a fazer parte de nossa formação, construindo coletivamente processos de enfrentamentos a desigualdade racial. Deste modo, buscamos sustentar uma formação profissional, no campo da Psicologia, que seja capaz de efetivamente construir um trabalho antirracista e contribuir para uma sociedade mais justa, inclusiva e que mantenha como horizonte a igualdade e a justiça social.

Nesse caminho, como afirma Bell Hooks (2019b) é fundamental que possamos “amar a negritude como resistência política transforma nossas formas de ver e ser e, portanto, cria as condições necessárias para que nos movamos contra as forças de dominação e morte que tomam as vidas negras” (HOOKS, 2019b, p. 63). É exatamente nesse movimento de afirmação da vida que nosso Projeto se insere.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BENTO, M. A. S. A identidade racial em crianças pequenas. *In*: BENTO, Maria. A. S. A (org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, 2011, p. 98-114. Disponível em: <https://ceert.org.br/noticias/crianca-adolescente/25624/a-identidade-racial-em-criancas-pequenas?fbclid=IwAR3NtFphhQOG-RJXuwRnBvGAhb87Vmay7i9-p5WAU1qKrexQ-CWWXqspn8Y>. Acesso em: 31 ago. 2020.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 5-58.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Perguntas e respostas**: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Disponível em:

<http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/Perguntas%20e%20Respostas%20SCFV.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2020.

CARDOSO, L. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 8, n. 1, p. 607-630, 2010.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

CAVALLEIRO, E. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, E (org.). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro. 2001, p. 141-160.

CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da Violência 2020**. Brasil: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020.

EMICIDA (2020). **Programa Roda Viva**. Entrevista 27 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VQaTpXmkHIw>. Acesso em 4 de agosto de 2020.

FAUSTINO, D. M. **Frantz Fanon**: um revolucionário, particularmente negro. São Paulo: Círculo Contínuo Editorial, 2018.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global Editora, 2006.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo brasileiro**, v. 92, n. 93, 69-82, 1988.

GUIMARÃES, A. S. A. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 54, p. 147-156, 1999.

HOOKS, B. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019a.

HOOKS, B. Amando a negritude como resistência política. In: **Olhares negros**: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019b. p. 44-63.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais**: em 2019, proporção de pobres cai para 24,7% e extrema pobreza se mantém em 6,5% da população. Brasil: IBGE, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29431-sintese-de-indicadores-sociais-em-2019-proporcao-de-pobres-cai-para-24-7-e-extrema-pobreza-se-mantem-em-6-5-da-populacao>. Acesso em: 22 abril 2021.

MARQUES, H. **Jovem Preto Rei**: nascido para vencer. São Paulo: Sb edições, 2019.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MUNANGA, K. As ambiguidades do racismo à brasileira. *In*: KON, N. M.; SILVA, M. L.; ABUD C. C. (org.). **O racismo e o negro no Brasil**: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017, p. 33-44.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NASCIMENTO, W. F. A modernidade vista desde o Sul: perspectivas a partir das investigações acerca da colonialidade. **Padê** (encerrada), v. 2, n. 1, 2009.

NOBLES, W. S. S. **Retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado**. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 277-297.

OLIFANT, Z. **Discurso de criança sobre tratamento com negros nos EUA emociona**. Canal Jovem Pan News. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Hhuo6LCCHhU>. Acesso em: 7 ago. 2020.

SILVA, M. L. Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros. *In*: KON, N. M.; SILVA, M. L.; ABUD C. C. (org.). **O racismo e o negro no Brasil**: Questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017, p. 71-89.

SODRÉ, M. **Pensar nagô**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

SOUZA, S. S. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

Artigo recebido em: 09 de fevereiro de 2021.

Artigo aprovado em: 07 de fevereiro de 2022.